

INFORMATIVO Plenarium



Informativo oficial do TRE-SE | Ano XIV - nº 31 - julho de 2020



SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRE/SE

detalham as atividades desenvolvidas e o planejamento das eleições 2020



O juiz membro do TRE-SE Leonardo Souza Santana Almeida fala sobre sua experiência na judicatura eleitoral e na diretoria da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe.



O procurador regional eleitoral, Heitor Alves Soares, explica qual o papel e a importância do Ministério Público Eleitoral na realização de um pleito transparente e democrático.

EDITORIAL

A matéria de capa da edição de julho de 2020 do informativo PLENARIUM destaca o trabalho desenvolvido pelos secretários de administração e de tecnologia da informação do TRE-SE. **Norival Navas Neto** (SAO) e **José Carvalho Peixoto** (STI) detalham as atividades e o planejamento referente ao pleito no âmbito das respectivas secretarias.

Duas entrevistas especiais brilham o informativo. Nosso primeiro entrevistado, o juiz membro do TRE-SE **Leonardo Souza Santana Almeida**, fala sobre sua experiência na judicatura eleitoral, sobre seu trabalho como diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE) e sobre a importância da Comissão de Combate à Desinformação do TRE-SE, grupo esse que está sob a presidência do magistrado.

O segundo entrevistado é o procurador regional eleitoral, **Heitor Alves Soares**. O procurador da República fala sobre os preparativos do MPE para as Eleições Municipais de 2020 e também explica aos leitores o papel e a importância do Ministério Público Eleitoral no sentido de realizar um pleito transparente e democrático.

Na coluna “Aconteceu”, evidenciamos a retomada das atividades de inspeção por parte da Corregedoria Regional Eleitoral. O primeiro cartório visitado foi o da 11ª Zona Eleitoral – Japarutuba; e, em seguida, a inspeção foi realizada na 5ª Zona Eleitoral – Capela. A coluna ressalta ainda: a divulgação do balanço do andamento processual referente aos meses de março, abril e primeira quinzena de maio; a *live* ministrada pela juíza **Elaine Afra**, titular da 31ª Zona Eleitoral, com jurisdição em Itaporanga e Salgado, entre outros assuntos.

O nosso “Memória Eleitoral” evidencia a trajetória percorrida para a estabilização da moeda, com a criação do Plano Real. Relembramos que o Plano Real comportou três fases: programa de ação imediata, criação da URV (Unidade Real de Valor) e implementação da nova moeda: o Real.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador José dos Anjos

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Marcos Antônio Garapa de Carvalho

Edivaldo dos Santos

Raymundo Almeida Neto

Sandra Regina Câmara Conceição

Leonardo Souza Santana Almeida

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

COLABORADORES

Érika Letícia

Gabriel Xavier

José Gabriel

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

SUMÁRIO

Aconteceu.....	4
Entrevista com Dr. Leonardo Souza.....	5
Secretários de Administração e de Tecnologia da Informação do TRE-SE detalham as atividades desenvolvidas e o planejamento das eleições 2020.....	8
Entrevista com o Dr. Heitor Alves Soares.....	10

MEMÓRIA ELEITORAL



O Plano Real

O Plano Real legou ao Brasil a tão sonhada estabilidade econômica e consolidou o fim da inflação, que apresentava índices alarmantes já havia algumas décadas. O Plano Real comportou três fases: *programa de ação imediata, criação da URV (Unidade Real de Valor) e implementação da nova moeda: o Real.*

O PAI – Programa de Ação Imediata incorporou a relação de medidas econômicas e foi construído em julho de 1993, representou uma das bases do Plano Real, oficializado em 1994. O presidente ainda era Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso era o ministro da Fazenda. Indicações desse programa: corte de gastos públicos, redução dos orçamentos de todos os ministérios; recuperação da receita coibindo a evasão fiscal; austeridade em relação a estados e municípios, corte de verbas cujos repasses fossem considerados inconstitucionais, estados e municípios deveriam equilibrar gastos; ajustes nos bancos estaduais, com a intervenção do Banco Central; seriam redefinidas as funções dos bancos federais, com enxugamento da estrutura, seriam punidas as irregularidades pela Lei do Colarinho Branco; privatização de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico, elétrico etc.

Em maio de 1994, criou-se a URV, primeiramente, converteram-se os salários e os benefícios previdenciários: a chamada neutralidade distributiva. Em 30 de junho de 1994, foi editada a medida provisória que oficializou a nova moeda: o Real.

O Plano Real foi baseado nas políticas cambial (que regulou as relações comerciais com os demais países) e monetária (que foi o instrumento de controle dos meios de pagamentos – saldo da balança comercial, de capital e de serviços). Equiparou-se o valor do real ao do dólar. Com isso, o governo promoveu a venda de dólares e a elevação das taxas de juros em períodos de pressão econômica.

Esse plano econômico garantiu a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994 para a Presidência da República e também a reeleição. Houve crises políticas e econômicas (nacionais e internacionais), mas a estabilidade da moeda permaneceu. O Brasil saiu da exorbitante inflação.

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JULHO

- 01 Marcos Deumares da Silva
- 04 Maria das Graças Nascimento Lima
- 05 Fernando de Souza Lima
- 07 Maria do Carmo Santos
- 07 Maria José de Souza
- 08 Jan Henrique Santos Ferraz
- 08 Maria Irene Costa Santos
- 11 Patrícia Sales de Oliveira
- 11 Shislaine Alves de Andrade
- 13 Marcos Vinicius Santos Muniz Prado
- 15 Denilson Ávila e Silva
- 15 Edileuza de Lima Bezerra Gusmão
- 15 José Henrique de Melo Cardoso
- 16 Marcos Vinicius Linhares Constantino
- 18 Glória Grazielle da Costa
- 19 Analberga Lima de Freitas
- 19 César Felipe Gonçalves da Silva
- 20 Aisley Karoline Araújo de Souza
- 20 Alan Peixoto Daniel de Lucena
- 20 Kaio Bernardes Santos de Almeida
- 21 Ilza Lima dos Santos
- 22 Josefa Lourenço dos Santos
- 24 Manoel Ferreira Santos Filho
- 25 Marcelino Antonio Côrtes
- 25 Sérgio Ricardo dos Santos Reis
- 26 Sandra Miranda Conceição Lima
- 30 Cristiano dos Santos
- 31 Danillo Siqueira Ramos
- 31 Luciana Borges das Chagas

EJESE promoveu palestra virtual sobre a participação do jovem no processo eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), por meio de sua Escola Judiciária Eleitoral (EJESE), que é dirigida pelo juiz membro da Corte Eleitoral **Leonardo Souza Santana Almeida**, promoveu, no dia 4 de junho, *live* para alunos do Colégio João Costa (Costão), Aracaju-SE.

A palestra *on-line* faz parte do Projeto Eleitor do Futuro, cujo objetivo é despertar o exercício da cidadania para além do ato de votar. A analista judiciária do TRE-SE **Lídia Matos** dirigiu a conferência. Ela discorreu sobre vários assuntos: exercício do voto, democracia, *fake news* etc.

A exposição teve como mediadora a professora de Sociologia do Colégio João Costa **Alexsandra Moreira**. Houve a transmissão pelo canal do TRE-SE no Instagram (@tresergipe). Participaram da *live* mais de 180 alunos do João Costa.



Des. José dos Anjos, presidente do TRE-SE, participou de reunião com o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso

No dia 1º de junho, o ministro **Luís Roberto Barroso**, presidente do TSE, reuniu-se com os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Discutiram sobre as possíveis mudanças no calendário eleitoral e, principalmente, sobre a realização das eleições.

Durante a reunião, o presidente do TRE-SE, desembargador **José dos Anjos**, que participou junto com a vice-presidente do TRE-SE, Des. **Iolanda Guimarães**, disse que o TRE-SE está preparado para as eleições, defendeu que as eleições sejam realizadas em único dia. José dos Anjos ressaltou a qualidade do ministro Barroso como professor e como jurista e desejou profícua administração ao novel presidente do TSE.



Juíza Elaine Afra ministrou palestra pelo Instagram do TRE-SE

No dia 9 de junho, aconteceu a palestra “Eleições 2020, Fake News e Suas Implicações”, em *live* ministrada pela juíza **Elaine Celina Afra da Silva Santos**, titular da 31ª Zona Eleitoral, com jurisdição em Itaporanga e Salgado. A conferência *on-line* foi mediada pelo advogado **Jefferson Feitoza de Carvalho Filho**, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SE.

O evento foi promovido pela Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e aberto ao público. A doutora Elaine Celina Afra é mestra em Direito Constitucional Contemporâneo pela UFS: a pesquisa versou sobre liberdade de expressão e *fake news*. O evento foi transmitido pelo perfil oficial do TRE-SE no Instagram: @tresergipe.



Corregedoria retomou inspeções cartorárias

No dia 18 de junho de 2020, a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) retomou as atividades de inspeção. O primeiro Cartório visitado foi o da 11ª Zona Eleitoral – Japarutuba. A coordenadora da Corregedoria, **Rosa Angélica Almeida Ribera**, e o chefe da Seção de Fiscalização de Cadastro (SEFIC), **Abdora Coutinho Oliveira**, foram os responsáveis pela inspeção cartorária.

No dia 23 de junho, a inspeção foi realizada na 5ª Zona Eleitoral – Capela. A jurisdição da 5ª ZE abrange os municípios de Capela, Siriri, Muribeca e Malhada dos Bois. A Corregedoria Regional Eleitoral está sob o comando da desembargadora **Iolanda Santos Guimarães**.



Divulgado o balanço do andamento processual referente aos meses de março, abril e primeira quinzena de maio

Para demonstrar a eficiência da Justiça Eleitoral durante a quarentena, tendo como princípios norteadores a transparência e a publicidade, o TRE-SE divulgou o panorama do andamento processual referente aos meses de março, abril e primeira quinzena de maio.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Judiciária do Tribunal, no referido período, foram registrados 4.219 atos de serventuários, lançados 158 despachos e registradas mais de 150 decisões (entre interlocutórias e definitivas ou terminativas). Os números atestam a alta produtividade do trabalho em regime de *home office*.



ENTREVISTA COM DR. LEONARDO SOUZA SANTANA ALMEIDA

Considerado um dos mais brilhantes magistrados a ocupar assento no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nosso primeiro entrevistado, o juiz membro **Leonardo Souza Santana Almeida**, ingressou na magistratura em agosto de 2004 e incorpora vasta experiência do campo do Direito Eleitoral.

Juiz de Direito titular da 23ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, Leonardo Almeida é professor adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe – UFS, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando pela Universidade Federal da Bahia, com a área de concentração “jurisdição constitucional e novos direitos”, desenvolve a linha de pesquisa *estado democrático de direito e acesso à justiça*.

O magistrado fala com exclusividade aos leitores do informativo PLENARIUM sobre a experiência em eleições, sobre a expectativa em relação ao pleito de 2020, sobre a atuação como diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE). Também comenta acerca do trabalho como presidente da Comissão de Combate à Desinformação. Por fim, deixa uma mensagem para o eleitorado sergipano.

Ascom: Dr. Leonardo, antes de ingressar no colegiado do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, o senhor já havia vivenciado alguma experiência na judicatura eleitoral. Conte-nos um pouco da sua trajetória!

Leonardo: Desde o meu ingresso na magistratura estadual sergipana, em agosto de 2004, tive a oportunidade de exercer a jurisdição em diversas zonas eleitorais do nosso estado. Na 26ª Zona Eleitoral, que à época abrangia os municípios de Ribeirópolis, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo, conduzi o referendo popular, que ocorreu no dia 23 de outubro de 2005, ocasião em que os cidadãos brasileiros foram instados a se pronunciarem acerca da

proibição ou não da comercialização de armas de fogo no território nacional.

Em 2006, presidi as eleições gerais no município de Itabaianinha, quando pude conhecer mais de perto os desafios inerentes à condução de eleições propriamente ditas. Por fim, no município de Lagarto, já no ano de 2012, atuei como Juiz Eleitoral nas eleições municipais, como sempre, acirradas, envolvendo grupos políticos tradicionais daquela localidade. Posso afirmar que essa foi a experiência mais enriquecedora, porque pude vivenciar todas as questões administrativas e jurisdicionais que envolvem uma eleição municipal e perceber a importância da atuação firme e equilibrada da Justiça Eleitoral para a preservação da normalidade e da legitimidade das eleições.

Ascom: Diante da sua experiência como magistrado, gostaríamos de saber qual a sua expectativa em relação ao trabalho da Justiça Eleitoral, especificamente quanto ao julgamento de ações relacionadas às Eleições Municipais de 2020?

Leonardo: A minha expectativa para as eleições municipais do corrente ano, não obstante a incerteza quanto às datas em que serão realizadas, é a melhor possível. É certo que enfrentaremos desafios no campo da logística das eleições diante da atual crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus. Mas não é menos certo que temos a capacidade de encarar a crise com criatividade, trabalho e dedicação, cumprindo a missão de preservar o regime democrático, conferida pela Constituição Federal à Justiça Eleitoral. E para cumprir esse desiderato constitucional, que é a sua própria razão de existir, a Justiça Eleitoral, desde a primeira instância (que atuará mais de perto, no dia a dia da preparação e da realização do pleito eleitoral, bem como na instrução e julgamento das ações eleitorais) até a última instância, está preparada para atuar com destemor e imparcialidade, zelando pela observância das normas constitucionais e infraconstitucionais, notadamente, daquelas que coíbem atos de abuso de poder político e econômico, que possam prejudicar a normalidade e a legitimidade das eleições.



Dr. Leonardo Souza

Quanto ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conduzido por um abnegado servidor do Poder Judiciário, com uma longa estrada de relevantes serviços prestados à causa da Justiça, o desembargador José dos Anjos, e composto por juízes de primeiro e de segundo graus e de servidores preparados e devotados ao Judiciário, não tenho dúvidas de que será um pleito coroado de sucesso. Por aqui, atuaremos como instância recursal, julgando com celeridade e qualidade as demandas que nos serão apresentadas, contando para isso com o indispensável auxílio de um qualificado corpo de assessores.

Ascom: Além de atuar como juiz membro do Tribunal, o senhor acumula a função de Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE). Considerando que a EJESE é um órgão estratégico do Tribunal, como tem sido a experiência de dirigir a Escola?

Leonardo: Quando ingressei no colegiado do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de juiz membro, fui convidado pelo presidente para exercer esse cargo honorífico, o que aceitei de pronto, entusiasmado com os projetos que poderíamos desenvolver ao longo destes dois anos.

A Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe – EJESE conta com servidoras que desenvolvem as suas atividades com muito amor e dedicação, com atuação direcionada a dois

eixos distintos: um voltado para a atualização e especialização continuada ou eventual em Direito, notadamente o eleitoral, dos magistrados e promotores eleitorais, bem como dos servidores da Justiça Eleitoral, e outro direcionado aos projetos de educação para a cidadania política. A experiência de dirigir a Escola tem sido muito gratificante, principalmente quando visualizo o impacto que as nossas ações têm produzido no conhecimento do Direito Eleitoral e na preparação de jovens eleitores acerca da importância do livre e consciente exercício do direito ao voto.

Ascom: O senhor foi nomeado diretor da EJESE no dia 25 de abril de 2019. Nesse pouco mais de um ano, quais foram as principais ações desenvolvidas em sua gestão?

Leonardo: Neste período, tivemos a oportunidade de realizar diversos cursos, ministrados por professores de reconhecida especialização em Direito Eleitoral, entre os quais posso destacar: o curso de atualização em Direito Processual Civil Eleitoral, realizado nos dias 25 e 26 de julho de 2019, com 66 participantes; o curso de Direito Processual Penal Eleitoral, em 03 e 04 de outubro de 2019, com 57 participantes, e o curso de Direito Eleitoral Digital, nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, contando com 80 participantes.

O tema da participação feminina nas diversas esferas da vida pública brasileira, que foi destacado pelo ministro Luís Roberto Barroso em seu recente discurso de posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, foi objeto de eventos específicos, sendo eles: Equidade de Gênero no Poder Judiciário, realizado em 02 de agosto de 2019, com 78 participantes; Empoderamento Feminino nas Eleições Brasileiras, em 27 de setembro de 2019, com 89 participantes; e, por fim, o evento Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas, realizado em parceria com a OAB/SE e a ALESE, no dia 09 de março de 2020, contando com 187 participantes, entre magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados e pretensas candidatas a cargos eletivos.

Não podemos esquecer de mencionar o relevante projeto Eleitor do Futuro, tocado há alguns anos pelas servidoras da nossa Escola, em conjunto com outros servidores voluntários do TRE-SE, e que levam lições de cidadania e democracia aos estudantes do nosso estado, com mais de 12.000 pessoas impactadas neste período por essas ações educacionais. Além disso, o Centro de Memória Eleitoral – CEMEL recebeu diversas visitas de estudantes universitários do nosso estado e do vizinho estado da Bahia.

Ascom: O senhor também é o presidente da Comissão de Combate à Desinformação do TRE-SE. Qual a importância desse trabalho?

Leonardo: Para responder a essa pergunta, temos que compreender a realidade em que vivemos há alguns anos, não só em nosso país, como em todo o mundo, na qual a arena de discussões políticas passou a ser a *internet* e as suas mídias sociais, sendo um notável exemplo dessa mudança de paradigma as últimas eleições no Brasil e nos Estados Unidos e o Brexit. Como tudo na vida, isso tem um lado bom e um ruim. O aspecto positivo consiste na ampliação do rol de participantes do debate público, na medida em que todos passam a ser, a um só tempo, consumidores e propagadores de informação. O ponto negativo é a possibilidade ampliada de criação e propagação de redes de desinformação e de ódio.

Nesse panorama fático, desde as últimas eleições, a Justiça Eleitoral como um todo, a partir do seu órgão de cúpula, tem desenvolvido atividades com a finalidade precípua de conscientizar o eleitor da necessidade de preservação de um ambiente democrático sadio na *internet*, eximindo-se de propagar informações falsas e, ainda, promovendo a criação de uma cultura de checagem da informação, o que se convencionou denominar de educação midiática.

No âmbito do TRE-SE, a Comissão de Enfrentamento à Desinformação, à semelhança do que ocorreu no TSE e nos demais Regionais, foi instituída, e pudemos realizar alguns eventos importantes, sendo o mais relevante deles o I Fórum de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral, em 21 de outubro de 2019, que contou com 215 participantes e com valorosos palestrantes, que lidaram com temas como a confiabilidade da urna eletrônica, o fenômeno da desinformação e a sua prevenção e repressão. Realizamos ainda um Talk Show e a Oficina de Checagem Lupa, incluindo no rol de participantes jornalistas do estado de Sergipe, no dia 14 de maio de 2020, em meio exclusivamente digital, por conta da pandemia do novo coronavírus.

Ascom: Gostaríamos que deixasse uma mensagem final para o eleitorado sergipano!

Leonardo: A mensagem que gostaria de deixar aos eleitores sergipanos diz respeito à consciência da importância do voto. É importante que todos procurem se informar acerca dos candidatos, notadamente, sobre a vida pregressa e seus projetos para o município, com cuidado para não absorverem e repassarem notícias falsas e para que o voto depositado na urna seja livre e consciente. Apenas dessa forma e com a fiscalização constante do eleitor sobre o depositário do seu voto, poderemos alcançar um novo patamar civilizatório, com uma representação política condizente com os anseios e necessidades do povo, notadamente no campo da educação, saúde e saneamento básico, dentre outros direitos fundamentais imprescindíveis para a preservação da dignidade da pessoa humana. Da parte da Justiça Eleitoral, todos nós, magistrados e servidores, estaremos prontos para resguardar a regularidade do pleito eleitoral.

Secretários de Administração e de Tecnologia da Informação do TRE-SE detalham as atividades desenvolvidas e o planejamento das eleições 2020

Nesta matéria, o informativo PLENARIUM apresenta o trabalho da Justiça Eleitoral, que encontra soluções adaptando-se a este contexto de pandemia. Desta vez, ressaltamos o eficiente e eficaz trabalho de duas secretarias do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE): a Secretaria de Administração Orçamento e Finanças (SAO), comandada pelo secretário **Norival Navas Neto**, e a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), comandada por **José Carvalho Peixoto**.

Todos os órgãos do Tribunal são importantes, mas essas duas secretarias, a SAO e a STI, são cruciais levando-se em conta a funcionalidade: a primeira é responsável pelos gastos, compra de produtos e de equipamentos etc.; a segunda, encarregada do sistema informatizado de dados, imprescindível ao desempenho e também à segurança, notadamente, neste momento de pandemia de trabalho essencialmente remoto.

Os dois competentes secretários dispuseram algumas informações sobre as atividades das duas secretarias. Ressalte-se que os serviços prestados pelo TRE-SE, com as devidas adaptações, se desenvolvem sem qualquer complicação, isso reflete a eficácia proveniente da atuação de seus administradores.

Norival Navas Neto disse que “tendo em vista a necessidade de adoção de medidas visando ao combate ao novo coronavírus, os gestores dos contratos de prestação de serviço notificaram as empresas contratadas quanto à responsabilidade no sentido de adotarem os meios necessários para conscientizar os funcionários quanto aos riscos em relação à Covid-19, a exemplo, a necessidade de usar máscara e demais EPI's, além do distanciamento social entre os que estiverem laborando”.

Norival lembrou que, com a implementação do trabalho remoto, foi determinado o aumento da frequência de limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos, maçanetas e telefones, bem como a aquisição e a instalação de dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso às salas de reunião e aos gabinetes. “Foram adquiridas, em caráter de urgência, máscaras para todos os servidores”, acrescentou.



Neto finalizou dizendo: “Todos fomos surpreendidos com os impactos causados pela pandemia Covid-19. Do dia para a noite estávamos em trabalho remoto, com inúmeras atribuições a serem realizadas, sobretudo, as relacionadas ao nosso Plano de Logística de Materiais e Serviços das Eleições 2020. Desta forma, foram adotados critérios de aferição referente à produtividade dos servidores que estão em trabalho remoto junto às respectivas chefias imediatas. Foram realizadas reuniões por meio de aplicativos, apresentação de relatórios semanais sobre as atividades desenvolvidas, de modo a não haver prejuízo ao Programa Eleições 2020. Reconhecemos que o período é crítico e que impõe, aliás, a alteração das datas correspondentes ao pleito. Mas temos a certeza de que o TRE-SE está preparado para realizar as eleições com a mesma transparência e eficácia, cumprindo a sua missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral.”

José Carvalho Peixoto, como sempre, com a objetividade que lhe é peculiar, enumerou as principais ações da STI neste contexto. Peixoto evidenciou que a secretaria de informática do TRE-SE é referência nacional. “Diante da imposição trazida pela pandemia, o plano inicial foi viabilizar o acesso remoto com segurança a sistemas e a informações armazenadas no Data Center do TRE-SE, também com o objetivo de possibilitar o trabalho remoto a ser realizado pelos servidores e pelos terceirizados”, explicou.

A STI concentrou esforços no monitoramento dos acessos remotos objetivando mitigar os riscos de ataque cibernético. Outro passo: disponibilizou-se estrutura para viabilizar a participação do TRE-SE no treinamento e simulado dos sistemas de candidaturas, horário eleitoral, preparação e gerenciamento da totalização.

O secretário enfatizou ainda que a STI concentra esforços no sentido de cumprir o planejamento referente ao desenvolvimento de sistemas e as ações relacionadas às metas concernentes ao Prêmio CNJ de Qualidade. “Mensalmente, são extraídas informações processuais, essas informações são enviadas ao CNJ. A STI desenvolve e aprimora soluções correspondentes à validação dados e à obtenção de estatísticas processuais”, asseverou.



Em adição, Peixoto pontuou os esforços no sentido de realizar a totalidade das aquisições relacionadas à Tecnologia da informação neste período de quarentena. Também foram mapeados os processos de trabalho visando aperfeiçoar a governança e a gestão dos serviços de TI.

A Secretaria de TI implantou um esquema especial que atende às demandas encaminhadas à Central de Serviços. Realizaram-se visitas técnicas às zonas eleitorais, nas quais foram executados serviços de transferência e de readequação de elementos ativos de rede.

Em relação à equipamentos, foram retomadas as atividades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das 6.731 urnas eletrônicas. Quanto ao sistema de cadastro da Justiça Eleitoral (ELO), elaborou-se o planejamento de redistribuição equitativa de eleitores por seção, o que reduziu a quantidade de seções eleitorais atendendo à orientação do TSE para as eleições.

No caso das atividades referentes às eleições, a STI planeja executá-las da seguinte forma:

- a)** treinamentos, que são realizados pela STI, referentes à utilização de diversos sistemas eleitorais. O público-alvo são servidores da secretaria do tribunal e dos cartórios eleitorais;
- b)** participação de servidores em diversos simulados contemplando os sistemas eleitorais;
- c)** instalação e prestação de suporte técnico relacionado aos sistemas eleitorais;
- d)** elaboração de proposta à Alta Administração do TRE-SE, na qual consta a programação referente às atividades de geração de mídias (inserção, em mídias magnéticas, das informações necessárias a serem utilizadas nas urnas eletrônicas) e à preparação das urnas eletrônicas, deixando-as lacradas prontas para serem utilizadas na votação;
- e)** formação de equipes para as diversas atividades de preparação de equipamentos e de sistemas para as eleições.

ENTREVISTA COM O DR. HEITOR ALVES SOARES

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

O procurador da República **Heitor Alves Soares** é formado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia e pós-graduado em Direito Eleitoral. Ingressou no MPF em 2004, com lotação inicial na Procuradoria da República em Rondônia. Em Porto Velho-RO, atuou como procurador regional eleitoral e como procurador-chefe. Removido para a Procuradoria da República em Sergipe, em 2012, Heitor Soares desenvolve uma atuação voltada ao combate à corrupção.

Nosso entrevistado assumiu a cadeira de procurador regional eleitoral de Sergipe em outubro de 2019, com a missão de coordenar o trabalho do Ministério Público Eleitoral (MPE) no Estado durante às Eleições Municipais de 2020.

Os preparativos do MPE em relação ao pleito que se avizinha, o papel e a importância do órgão ministerial para a realização de um pleito transparente e democrático, a visão do procurador a respeito das mudanças legislativas (avanços e eventuais retrocessos promovidos pelo Congresso Nacional no arcabouço legislativo eleitoral) são alguns assuntos abordados na entrevista concedida à equipe da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM) do TRE-SE.

Ascom: Dr. Heitor, o Ministério Público Eleitoral (MPE) já iniciou os preparativos para as Eleições Municipais de 2020?

Heitor Soares: Sim. No mês de março, tivemos a reunião preparatória das eleições com todos os Procuradores Regionais Eleitorais em Brasília. Discutimos as estratégias de atuação para as eleições deste ano. A partir das deliberações do encontro, foram expedidas orientações normativas aos promotores eleitorais para facilitar o trabalho de coordenação realizado pela Procuradoria Regional Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral, por intermédio

da Procuradoria Regional Eleitoral, expediu ofícios a dezenas de entidades solicitando informações relativas a situações de possíveis inelegibilidades relacionadas ao disposto na Lei da Ficha Limpa. As informações serão lançadas em sistema informatizado e disponível aos promotores para agilizar a identificação de candidatos com situação de inelegibilidade por ocasião da fase de impugnação dos registros de candidatura. Também há previsão de serem realizadas reuniões presenciais com os promotores eleitorais assim que a situação sanitária permitir.

Ascom: Gostaríamos que o Sr. explicasse aos leitores qual o papel e a importância do Ministério Público Eleitoral no sentido de realizar um pleito transparente e democrático?

Heitor Soares: O Ministério Público Eleitoral tem papel relevante no processo democrático. Compete ao órgão atuar em todos os processos sobre matéria eleitoral, além da possibilidade de propor ações judiciais para impugnar registro de candidatura, aplicar multa por propaganda irregular e ações por captação de votos e abuso de poder econômico, entre outras. Seus membros (promotores e procuradores) atuam de forma independente, isso é fundamental para que as regras do jogo sejam respeitadas. Por isso, o Ministério Público atua em todas as matérias submetidas à Justiça Eleitoral. O Ministério Público também participa das principais etapas de preparação das urnas como a carga e a lacração, assim como participa, em Brasília, da cerimônia de lacração eletrônica do sistema de votação e localmente participa da apuração do resultado da votação pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

Ascom: Ao longo de sua carreira como procurador, o senhor acompanhou as mudanças legislativas havidas nos últimos anos. Qual a sua visão em relação aos avanços e eventuais retrocessos promovidos pelo Congresso Nacional no arcabouço legislativo eleitoral?

Heitor Soares: Um avanço extremamente positivo foi a aprovação da Lei da Ficha Limpa, que foi objeto de iniciativa popular e contou com o apoio do Ministério Público Eleitoral. Tivemos um processo depurativo com a exclusão de vários candidatos que aproveitavam falhas e omissões da legislação anterior. De outro lado, não há uma preocupação do legislador em unificar a



Dr. Heitor Soares

legislação eleitoral. Convivemos com um Código Eleitoral arcaico e feito em 1965 ao lado de várias outras leis esparsas. A própria Lei das Eleições (Lei 9.504/97) é modificada a cada dois anos. São reformas pontuais, e não há uma preocupação com a visão do todo. Em alguns pontos, as inovações impõem mais controle sobre a propaganda eleitoral e sobre os gastos de campanha, porém há várias modificações que dificultam o trabalho dos órgãos de fiscalização e a efetividade do sistema de combate às fraudes e às ilegalidades. Posso citar como exemplo o processo de prestação de contas. A reprovação das contas de campanhas acarreta apenas a devolução dos valores recebidos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC. Esse fundo é composto de recursos públicos que poderiam ser aplicados em outras áreas, como educação e saúde. O gestor público que tem suas contas reprovadas por decisão do Tribunal de Contas pode ficar inelegível, mas o candidato que usa irregularmente os recursos públicos do Fundo Especial, não. Ambos são recursos públicos, deveriam ter o mesmo tratamento.

Ascom: Fiscalizar uma eleição não é tarefa fácil. De que forma a população pode ajudar o MPE no combate aos crimes eleitorais, propaganda irregular e outros ilícitos dos quais tome ciência?

Heitor Soares: As denúncias da população são fundamentais para que irregularidades e crimes possam ser investigados. É importante orientar

o cidadão para que as denúncias sejam feitas com a maior quantidade possível de informações sobre o fato apontado como irregular e seu autor. Denúncias genéricas dificultam o trabalho de apuração. Hoje existe o aplicativo de denúncias da Justiça Eleitoral (APLICATIVO PARDAL). As denúncias também podem ser feitas pelo *site* do MPF, pelo *link* <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos> e pelo aplicativo MPF Serviços, disponível para Android e IOS. .

Ascom: O Ministério Público Eleitoral tem alguma recomendação para partidos e candidatos?

Heitor Soares: Recomenda-se aos partidos e aos candidatos o estrito cumprimento da legislação, pois os abusos serão combatidos com vigor pelo Ministério Público Eleitoral.

Ascom: Dr. Heitor, gostaríamos que deixasse uma mensagem final para os eleitores sergipanos.

Heitor Soares: Uma Eleição limpa e legítima pressupõe um esforço conjunto não só do Ministério Público Eleitoral, da Justiça Eleitoral e das forças policiais, mas também dos cidadãos. É fundamental a participação consciente do eleitor durante a campanha e no momento da votação. Tenham cuidado com o compartilhamento, ou envio de informações recebidas em aplicativos como o WhatsApp. A disseminação de conteúdos falsos ou inexatos prejudica o processo democrático e as escolhas dos eleitores. Desinformação (*fake news*) se combate com o uso consciente da *internet*.



A urna eletrônica mantém registro das suas operações?

A Urna eletrônica mantém arquivo com o registro cronológico das principais operações realizadas pelo seu software – esse é o arquivo de log. Entre outras operações, ficam registrados, nesse arquivo, o início e o encerramento da votação, a emissão de relatórios, os aplicativos que foram executados, os ajustes de data e hora, a realização de procedimentos de contingência e os registros que auxiliam na avaliação da dinâmica do voto.

O arquivo de log é mais um mecanismo de transparência e de auditoria disponibilizado pela Justiça Eleitoral. A partir do log, é possível analisar toda a história da urna eletrônica, desde a sua preparação até o encerramento da votação no segundo turno. Assim como o arquivo de RDV, o arquivo de log também é disponibilizado aos partidos políticos e às coligações, para que estes façam sua própria análise dos eventos ocorridos na urna eletrônica.

A partir dos arquivos de log de todas as urnas eletrônicas, o Tribunal Superior Eleitoral monta um robusto banco de dados, do qual é possível extrair informações valiosas sobre a dinâmica da votação. Essas informações subsidiam a melhoria de diversos processos relacionados à urna eletrônica, tais como a preparação da urna, os componentes que estão apresentando maior taxa de defeitos, a velocidade da votação e a dinâmica da utilização da biometria. Tudo isso é utilizado para oferecer melhor atendimento ao eleitor no dia da votação e para agilizar os trabalhos de preparação e fiscalização das urnas eletrônicas.